



Universidade de Brasília

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E O TRABALHO PEDAGÓGICO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Juliana Paiva da Silva Cacau

Orientadora Profa. Dra. Edileuza Fernandes da Silva

Tutora Profa. Dra. Maria Susley Pereira

Brasília - DF, 19 de dezembro de 2015.

Juliana Paiva da Silva Cacau

**A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E O TRABALHO PEDAGÓGICO
DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar sob orientação da Professora Doutora Edileuza Fernandes e tutoria da Professora Doutora Maria Susley Pereira.

TERMO DE APROVAÇÃO

Juliana Paiva da Silva Cacau

**A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E O TRABALHO PEDAGÓGICO
DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Profa.Ma. Maria Aparecida de Sousa Duarte - SEEDF
Examinador(a) externo(a)

Profa. Dra. Edileuza Fernandes da Silva – FE/UNB
(Professora-orientadora)

Profa. Dra. Maria Susley Pereira – SEEDF
(Tutora-orientadora)

Brasília, 19 de dezembro de 2015

Dedico este trabalho a toda minha família, em especial ao meu amado marido,
companheiro de todas as horas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pelo dom da vida e por me conceder a possibilidade de estar concluindo o curso.

À minha família e marido, que sempre estão ao meu lado, apoiando e tornando a caminhada mais leve.

À professora Maria Susley Pereira e à professora Edileuza pelo apoio, atenção e dedicação durante o processo de orientação.

“O nascimento do pensamento é igual ao nascimento de uma criança: tudo começa com um ato de amor. Uma semente há de ser depositada no ventre vazio. E a semente do pensamento é o sonho. Por isso os educadores, antes de serem especialistas em ferramentas do saber, deveriam ser especialistas em amor: intérpretes de sonhos.”

Rubem Alves

RESUMO

Este trabalho analisou a avaliação institucional como processo para melhoria da prática pedagógica utilizada pelo professor. Fez também uma análise da visão do professor sobre a função da avaliação institucional em seu trabalho pedagógico e no interior da escola. Para tanto, utilizou-se a pesquisa qualitativa. O estudo aconteceu em uma escola localizada em Samambaia – Distrito Federal. Participaram da pesquisa três professores da educação infantil, pois na escola só existem essas três turmas de educação infantil. Os resultados enfatizam a importância da avaliação institucional para a prática do professor em sala de aula e como condutora de todos os processos dentro da instituição escolar. Ainda existe uma necessidade de se aprofundar a compreensão em torno da temática, ampliar os espaços de discussão e unir esforços para a conquista de uma avaliação que realmente sirva de instrumento para melhoria da prática do professor e também para a mudança do contexto escolar como um todo.

Palavras-chave: Avaliação Institucional. Educação infantil. Trabalho Pedagógico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
Justificativa.....	11
Objetivo Geral.....	12
Objetivos Específicos.....	12
CAPÍTULO I	13
Fundamentação Teórica	
1.1 A avaliação no contexto escolar.....	13
1.2 A avaliação institucional.....	16
1.3 A importância da educação infantil e a prática pedagógica do professor nesta etapa.....	19
CAPÍTULO II	
Metodologia.....	24
2.1 Participantes da Pesquisa.....	26
CAPÍTULO III	28
Análise e Interpretação dos Dados.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	35
APÊNDICE	36

INTRODUÇÃO

Antes de entrar na SEEDF em 2014, lecionei por seis anos em escola particular e dois anos e meio como contrato temporário na SEEDF período em que aprendi muito na área da educação. Entrei nesta área devido a uma bolsa na época da faculdade. Quando estava no segundo semestre, iniciei minha experiência na área, trabalhando como monitora em uma escola perto de casa, fiquei nesta escola durante quatro anos, tornando-me professora com oito meses que estava lá. Nessa escola, passei por muitas experiências, entre elas, positivas e negativas, mas que contribuíram para a minha carreira. Quando estava no quinto semestre da faculdade, pensei em desistir do curso, devido à complexidade existente em exercer a função, mesmo assim não sou aquela professora mal-humorada e desinteressada, sempre procurei planejar aulas dinâmicas e participativas.

O ano de 2015 foi o primeiro ano trabalhando nesta escola, onde atuo como coordenadora pedagógica, em específico da educação infantil, classe especial e 1º ano do ensino fundamental. A minha relação no ambiente escolar é boa, sou aquela pessoa que sempre busca resultados positivos e uma boa relação com todos, porém observo que devido à personalidade de cada um e à afetividade, há alguns profissionais com quem não tenho contato diretamente. Em anos anteriores, lecionei na etapa da educação infantil por dois anos.

De acordo com os objetivos descritos abaixo, (Foi questionado quais são os objetivos, que estão abaixo) esta pesquisa foi realizada em uma escola localizada em Samambaia – DF, pertencente à Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

A escola atende do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental (Anos Iniciais), possui aproximadamente 800 alunos (entre 6 e 15 anos) e funciona nos turnos matutino (7h30 às 12h30) e vespertino (13h às 18h). A apresentação da pesquisa está organizada em um capítulo, que se subdivide em três itens:

O primeiro a ser apresentado é a avaliação no contexto escolar, instrumento importante neste ambiente, deve estar presente durante todo o ano letivo, além de ser revista pelos professores de cada etapa educacional.

O segundo é a avaliação institucional, uma avaliação realizada pela própria escola e que aborda as suas potencialidades e fragilidades, nela também é analisado seu PPP, para que, por meio da reflexão, o trabalho da equipe escolar seja revisto a fim de melhorar a qualidade de seu trabalho. É uma autoavaliação coletiva, na qual participam a equipe gestora, os professores, os pais e a comunidade; todos esses agentes devem contribuir para que através da realidade de cada escola, novas ações sejam estabelecidas na avaliação da aprendizagem.

O terceiro nos traz uma reflexão sobre a importância da Educação infantil e a prática pedagógica do professor nessa etapa. Sendo que a Educação Infantil é muito importante na vida do ser humano. É muito gratificante acompanhar o desenvolvimento dessas crianças em todas as etapas de sua vida. Elas são carinhosas, receptivas e isso ajuda quando está em análise seu desenvolvimento cognitivo, motor, social e emocional.

O interesse pelo tema pesquisado e minha inquietação surgiram de uma atividade chamada escuta sensível, proposta pela Secretaria de Educação do DF, cujo objetivo foi à avaliação da escola feita com os alunos da educação infantil, porém durante o processo alguns professores não viam importância nesta atividade, alegando não ter tempo para a realização desta, eles achavam que já estavam trabalhando demais e que a atividade não era necessária ser realizada nesta faixa etária.

Diante disso se faz necessária a reflexão sobre a seguinte problemática: se o próprio profissional da educação não tem a preocupação em inserir o principal agente da área “o estudante” em questões que são de seu interesse, como este se sentirá parte de todo o processo? Foi observado que alguns professores não veem importância da avaliação institucional em seu trabalho pedagógico, se preocupando somente em passar conteúdos dentro de sala, e se a escola propõe alguma atividade extra, acreditam que está atrapalhando o andamento das aulas.

Além dos alunos já fazerem parte de uma comunidade que muitas vezes, não tem incentivo algum, vulnerável, uma grande parte dos pais não acompanham os filhos efetivamente em suas tarefas e na escola. É de suma importância que o professor saiba usar a avaliação como forma de

crescimento, mas para isso ele deve almejar mudanças positivas, infelizmente não é o que acontece na realidade.

Diante da situação descrita e do problema de pesquisa, apresento os objetivos da pesquisa:

OBJETIVO GERAL

Analisar se a avaliação institucional contribui como instrumento para melhoria da prática pedagógica do professor.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Analisar a concepção de avaliação institucional de três professores da escola pesquisada.
- Identificar os fatores facilitadores e inibidores da relação entre a avaliação institucional e a prática pedagógica do professor de educação infantil.

CAPÍTULO I

1.1 A Avaliação no Contexto Escolar

Faz parte do cotidiano do ser humano a prática de avaliar e comparar, seja por reflexões informais, ou por uma prática formalmente organizada, a avaliação pode auxiliar e contribuir para uma efetiva transformação social. Sem perceber fazemos avaliações em muitos momentos do nosso dia-a-dia, por exemplo, numa simples ida ao supermercado avaliamos as mercadorias que precisamos comprar, se é mesmo necessário comprá-las, se o preço está acessível, a qualidade das mesmas, compara um produto com o outro, enfim estamos avaliando o tempo todo.

Se a avaliação está presente o tempo todo em nosso cotidiano, ela também faz parte do ambiente escolar, deve assim ser um processo consciente e planejado. Ela deve estar presente no cotidiano escolar, o professor deve avaliar do início ao fim de uma aula e não somente ao final de cada etapa de ensino. É uma questão que precisa ser revista em nosso sistema educacional visto que ainda existem professores que acreditam somente na prova como um instrumento de avaliação.

No ambiente educativo, a avaliação ocorre por três níveis que se inter-relacionam: a que ocorre em sala de aula, praticada pelo professor, que está em contato direto com seu aluno, a avaliação externa em larga escala, que geralmente é realizada por agentes do sistema educacional, e a institucional, que é realizada no interior de cada escola, sendo organizada e aplicada pela equipe gestora da instituição, mas que conta com a participação de toda a comunidade escolar.

Freitas discorre sobre a temática quando diz que:

O lugar que a avaliação tem ocupado na atividade pedagógica a coloca no topo das atenções de estudantes e professores. Marcada pelas relações que estão presentes no interior da escola, relações estas que revelam estreita conexão entre esta escola e a sociedade que acerca, a avaliação emerge na sala de aula ora como fonte de desenvolvimento, ora como ameaça. Curiosamente atinge todos os atores, a depender do lugar em que se inscrevam no processo de avaliação, ora como sujeitos avaliadores, ora como objetos de avaliação. (2012, p. 7)

O autor defende que ao mesmo tempo a avaliação é fonte de desenvolvimento e também uma ameaça, acredita-se que a forma de avaliar irá depender também de como seus sujeitos a interpretam. A avaliação é um dos recursos centrais na prática pedagógica, sendo assim não é restrita à sala de aula, ela está presente em diferentes organizações, assim como nas relações sociais presentes tanto no interior ou exterior da escola.

Já para Esteban (2010), faz parte da avaliação no contexto escolar um leque de possibilidades, entre elas a avaliação do currículo, da escola, material didático, aprendizagem, entre outros. O professor em sua prática pedagógica deve estar sempre avaliando o currículo, o material didático, como também a aprendizagem do aluno, pois com essa análise ele contribuirá para que seu aluno se desenvolva em vários aspectos. Esteban reflete sobre isso, quando afirma que:

A avaliação se desdobra em diferentes processos: avaliação de políticas públicas, do sistema educacional, de projetos, de programas, de cursos, da escola, do currículo, do material didático, da aprendizagem, do desenvolvimento, parte de um amplo leque de possibilidades em que convivem aspectos comuns e especificidades. (2010, p. 5).

O processo de avaliação é complexo, todos os envolvidos no processo ensino–aprendizagem estão o tempo todo avaliando, seus agentes são marcados por diferentes ideologias e expectativas, cada um com seu ponto de vista, tenta de alguma forma contribuir para uma melhoria no sistema educacional. Por estarmos o tempo todo avaliando, e ser essa uma atividade comum no ambiente escolar, essa complexidade está sendo pouco percebida neste ambiente, o que interfere na prática pedagógica realizada pelo professor em sala de aula.

Luckesi (2011, *apud* MIRANDA, p.11) entende que: “historicamente, passamos a denominar a prática de acompanhamento da avaliação da aprendizagem do educando de “Avaliação da aprendizagem escolar”, mas, na verdade, continuamos a praticar “exames”.

Ainda sobre a temática o autor diz que: “a sala de aula é o lugar onde, em termos de avaliação, deveria predominar o diagnóstico como recurso de acompanhamento e reorientação da aprendizagem, em vez de predominarem os exames como recursos classificatórios” (LUCKESI, 2003, p. 47).

A avaliação deve ser realizada a fim de se tomar decisões no decorrer do ano, como encaminhamentos a atividades de apoio ao estudante. Por isso é muito importante que esse processo seja ético e eficaz, pois se acontece a avaliação de uma forma mal planejada, essa não trará pontos positivos na aprendizagem do aluno. Dessa forma ela deve estar contida em todo o processo ensino–aprendizagem, é através dela que se sabe se todos os agentes participantes no processo estão tendo acesso a todos os conteúdos da mesma maneira, sem exclusão de nenhum.

Sobre isso, Freitas afirma:

A avaliação não é uma questão de final de processo, mas que ela está o tempo todo presente, e consciente, ou inconscientemente orienta nossa atuação na escola e na sala de aula atuais. Quanto mais elementar é o nível de ensino, mais contínua e difusa é a presença da avaliação. Portanto a avaliação já é contínua e processual. Isto torna a questão um pouco mais complexa, pois devemos qualificar o que estamos reivindicando como avaliação contínua adicionando que, além de ser contínua, tem a finalidade de orientar a inclusão e o acesso contínuo de todos os conteúdos. Esta é ao mesmo tempo a contradição e a possibilidade existentes nos processos de avaliação de aprendizagem. (2012, p. 17).

As Diretrizes de Avaliação Educacional (DISTRITO FEDERAL, 2014), propostas pela Secretaria de Educação do Distrito Federal defende a avaliação formativa como um método qualitativo nesse processo, e que a avaliação é uma forma de se desenvolver, porque quando se avalia aprende-se. Sendo assim a avaliação formativa consiste em uma avaliação onde todos fazem parte do processo, ou seja, a aprendizagem é garantida por meio da auto avaliação feita pelo próprio agente, assim enquanto o estudante aprende, será capaz de fazer uma reflexão sobre si mesmo.

Na citação abaixo se encontra o que a rede entende como avaliação formativa:

A avaliação possui diversas funções; contudo, a Secretaria de Estado de educação do Distrito Federal – SEEDF entende que, na avaliação formativa, estão as melhores intenções para acolher, apreciar e avaliar o que se ensina e o que se aprende. Avaliar para incluir, incluir para aprender e aprender para desenvolver-se: eis a perspectiva adotada. Embora a avaliação seja um termo polissêmico, entende-se que instrumentos/procedimentos pelos quais a análise qualitativa se sobreponha aquelas puramente quantitativas podem realizar de maneira mais justa o ato avaliativo. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 12)

É importante ressaltar que a avaliação do ensino-aprendizagem deve estar ligada a avaliação institucional da escola, uma deve complementar a

outra, e as duas juntas contribuir para o crescimento de todos os envolvidos no processo. A avaliação é importante porque com ela as pessoas analisam seu trabalho a fim de melhorá-lo nas suas fragilidades.

1.2 A avaliação institucional

A avaliação institucional é desenvolvida pela própria escola de suas potencialidades e fragilidade nela é analisada em seu PPP, para que através da reflexão o trabalho da equipe escolar seja revisto a fim de melhorar a qualidade de seu trabalho. É uma auto-avaliação coletiva onde participa a equipe gestora, professores, pais e comunidade, todos esses agentes devem contribuir para que através da realidade de cada escola novas ações sejam estabelecidas na avaliação das aprendizagens.

As Diretrizes de Avaliação Educacional do Distrito Federal discorrem sobre o assunto:

A avaliação institucional, aqui denominada Avaliação do trabalho da escola, destina-se a analisar a implementação de seu Projeto Político-Pedagógico para identificar suas potencialidades e fragilidades e orientar sua revisão com vistas à garantia da qualidade social trabalho escolar. A reflexão coletiva é imprescindível para que novas ações sejam estabelecidas em função da realidade e das necessidades de seus atores, de forma a promover as aprendizagens dos estudantes e dos profissionais que ali atuam. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 56).

A avaliação da escola deve ser utilizada pelos profissionais da educação como um processo que contribuirá para uma análise do ambiente e se necessário promover as mudanças necessárias para um melhor trabalho dentro da instituição. A avaliação é uma das partes centrais da organização administrativa da educação. Por isso é necessária essa prática nas escolas, é uma exigência que a escola deve saber fazer para que seu trabalho se torne cada vez mais eficaz.

Esse processo deve ser realizado por toda a comunidade escolar, com o objetivo de identificar seus pontos fortes e fracos, para possibilitar a preparação de planos de intervenção e melhorias significativas. O projeto pedagógico da escola deve estar sempre sendo acompanhado, como uma forma de desenvolvimento e organização da instituição. Quando a avaliação é

inserida junto às várias ações que são desenvolvidas dentro da escola se torna um instrumento de crescimento para toda comunidade escolar.

Freitas está de acordo quando diz que:

Com a avaliação institucional o que se espera, portanto, é que o coletivo da escola localize seus problemas, suas contradições, reflita sobre eles e estruture situações de melhoria ou superação, demandando condições do poder público, mas, ao mesmo tempo, comprometendo-se com melhorias concretas na escola.” (FREITAS, 2012, p. 38)

Sobre a temática aqui analisada são importantes as palavras de Freitas, que acredita ser a avaliação institucional uma possibilidade de reflexão no interior das escolas. A ampliação dos níveis de avaliação para além da sala de aula e da aprendizagem dos estudantes, em especial a avaliação institucional, trouxe novas possibilidades ao desenvolvimento de escolas reflexivas. Assim, pensar em avaliação institucional implica repensar o significado da participação dos diferentes atores na vida e no destino das escolas. Implica recuperar a dimensão coletiva do projeto político – pedagógico e, responsabilmente, refletir sobre suas potencialidades, vulnerabilidades e repercussões em nível de sala de aula, junto aos estudantes. (FREITAS, 2012, p. 35)

A avaliação institucional deve estar prevista no PPP de cada instituição, promovendo a discussão e reflexão sobre os aspectos relevantes para cada realidade escolar. Assim podem ocorrer na escola reuniões pedagógicas realizadas com toda a comunidade escolar, pais, professores, carreira assistência, direção, utilizando questionários, debates, didáticas que a equipe gestora pode decidir a melhor forma de fazê-la, isso devem ocorrer durante todo o ano letivo.

Nesse tipo de avaliação é importante que se avalie todos os espaços e funções da equipe, como por exemplo, avalia-se também o trabalho realizado pela biblioteca, na sala de apoio, sala de recursos, serviço de orientação educacional, dos projetos didáticos, interventivos, atendimento ao público, estrutura física e organizacional da escola. Sendo assim, a transparência de seus objetivos é importante devido o fato de todos avaliarem e serem avaliados. Aqui não se avalia somente o processo ensino-aprendizagem e sim

todos os segmentos que compõem a escola e que fazem parte de sua organização. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 58.)

É importante que as escolas realmente realizem e coloquem em prática a verdadeira função da avaliação institucional, e que essa transparência esteja presente em todo o processo educativo. Muitas vezes o que se observa é que muitos agentes que participam da avaliação não se sentem à vontade para falar o que de fato acreditam e tentam enxergar somente o lado positivo da questão.

São muitos pontos positivos, porém deve-se ter a visão crítica para o que também precisa ser melhorado no interior da escola. É notado também que em muitos casos a avaliação é realizada, arquivada e considerada um protocolo, onde se faz somente pelo fato do sistema exigir e não por haver a preocupação com as aprendizagens dos alunos.

Nessa avaliação devem ser contemplados os seguintes fatores: Gestão pedagógica, gestão das aprendizagens e dos resultados educacionais, gestão participativa, gestão de pessoas, gestão financeira, gestão administrativa. Cada um com suas especificidades devem ser analisados para que seus interlocutores possam desenvolver suas práticas pedagógicas para que se assegure e tenha-se como foco o sucesso da aprendizagem dos estudantes, acompanhando as práticas da gestão, se atentando aos resultados obtidos durante todo o ano letivo, utilizando também canais de comunicação da escola com a comunidade, como por exemplo, os conselhos escolares e órgãos colegiados. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 58-59.)

Além disso, é necessário que de forma participativa seja feita a prestação de contas dos recursos implantados na escola. Assim como também a gestão dos materiais, estrutura física, patrimônio, a fim de que a comunidade escolar como um todo esteja ciente do que se tem feito com a verba destinada à escola pelo governo. Sendo assim é importante que a avaliação institucional seja vista pelos diversos agentes como um instrumento que auxiliará no trabalho pedagógico, especialmente o professor que está diretamente ligado a todo o processo de ensino – aprendizagem.

1.3 A importância da Educação infantil e a prática pedagógica do professor nessa etapa

A Educação Infantil é muito importante na vida do ser humano. É muito gratificante acompanhar o desenvolvimento dessas crianças em todas as etapas de sua vida. O fato de as crianças serem receptivas ajuda em seu desenvolvimento cognitivo, motor, social e emocional. Este período é o mais importante na organização das bases para as competências e habilidades desenvolvidas ao longo da existência humana, sendo imprescindível para o seu desenvolvimento. Sendo assim a Educação Infantil pode sim contribuir para a formação de um cidadão crítico e reflexivo.

A rotina na educação infantil visa o desenvolvimento da criança. Esta deve saber a importância dos valores morais, da partilha, da ajuda, da responsabilidade, dos direitos e deveres. Sabemos que de fato são nas pequenas atitudes que se formam grandes cidadãos. Fulghum (2004) escreve sobre o que aprendeu nesta etapa, sendo assim criou o Credo do Jardim de Infância:

O que aprendi: Dividir tudo com os companheiros; jogar conforme as regras do jogo; não bater em ninguém; guardar as coisas onde as tivesse encontrado; arrumar a 'bagunça' feita por mim; não tocar no que não é meu; pedir desculpas quando machucasse alguém; lavar as mãos antes de comer; apertar a descarga da privada; biscoito quente e leite frio fazem bem à saúde; fazer de tudo um pouco; estudar, pensar, desenhar e pintar, cantar e dançar, brincar e trabalhar, de tudo um pouco, todos os dias; tirar uma soneca todas as tardes; ao sair pelo mundo, ter cuidado com o trânsito, saber dar a mão e ter amigos; peixinhos dourados, porquinhos da índia, esquilos, hamsters e até a sementinha no copinho de plástico, tudo isso morre, nós também; lembrar dos livros de histórias infantis e de uma das primeiras palavras aprendidas, a mais importante de todas. Olhe! (FULGHUM, 2004. *apud* CAMPINA GRANDE p. 16).

De acordo com o autor aprender a compartilhar é fundamental para o trabalho e convívio em grupo, tanto nesta fase escolar como nas outras, e até mesmo em relação aos profissionais de diversas áreas, saber e colocar em prática as regras também é necessário para viver como cidadão ativo e consciente, experimentar as mais diversas atividades contribui para um melhor desenvolvimento da mente, do corpo, além de ajudar na escolha profissional, se as crianças desde pequenas aprendem isso, conseqüentemente saberão

lidar com as surpresas e frustrações que poderão acontecer até mesmo no decorrer de suas vidas.

Para (LIBÂNEO, 2008. *apud* PAIVA, p. 05). O coordenador pedagógico responde pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico-didático em ligação direta com os professores, em função da qualidade do ensino. A coordenação pedagógica tem como principal atribuição à assistência pedagógico-didática aos professores para se chegar a uma situação ideal de qualidade de ensino (considerando o ideal e o possível), auxiliando-os a conceber, construir e administrar situações de aprendizagem adequadas às necessidades educacionais dos alunos.

Na educação Infantil esse profissional deve auxiliar o professor em sua didática, a fim de promover práticas educacionais que favoreçam o desenvolvimento da criança em seus aspectos cognitivos, afetivos, inter-relacionais. É nessa etapa que o ser humano passa por aprendizagens significativas e que lhe serão úteis durante toda a sua vida escolar. Por isso, o professor e o coordenador devem juntos, elaborar estratégias que realmente possam contribuir para o desenvolvimento do educando.

Do ponto de vista legal, a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade (Lei nº 9.394/96, art. 29).

A Lei nº 9.394/96 em seu artigo 22 considera que a Educação Infantil é parte integrante da Educação Básica, cujas finalidades são desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Essa dimensão de instituição voltada à introdução das crianças na cultura e à apropriação por elas de conhecimentos básicos requer tanto seu acolhimento quanto sua adequada interpretação em relação às crianças pequenas. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p.69).

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e

tecnológico. Tais práticas são efetivadas por meio de relações sociais que as crianças desde bem pequenas estabelecem com os professores e as outras crianças, e afetam a construção de suas identidades. (BRASIL, 2009, p.1)

Dentro das práticas pedagógicas da educação infantil estão as brincadeiras, interações, conhecimento de si e do mundo. As crianças nesta faixa etária devem experimentar as distintas linguagens existentes na sua realidade, como também as diversas possibilidades da linguagem oral, produzindo e ouvindo diferentes narrativas.

Dessa foram elas devem vivenciar práticas cotidianas matemáticas. Deve-se analisar e trabalhar as relações entre pares e com outras crianças, sua ação autônoma. Devem conhecer diferentes grupos e contextos culturais. O professor deve incentivar a curiosidade pelo mundo social e natural, além de promover ambiente de cuidados, de si, do outro, e do espaço em que vive. O aluno deve ter relação com distintas linguagens artísticas e tecnológicas.

A língua oral é diferente da língua escrita, por enquanto que a oralidade é mais espontânea, a escrita deve ser planejada antes de sua prática. De acordo com Andrade:

A fala apresenta várias características, entre as quais se destacam: interação face a face (os interlocutores estão nos mesmos espaço físico e tempo); planejamento simultâneo ou quase simultâneo à execução; acesso imediato à reação do ouvinte; possibilidade de redirecionar o texto, posteriormente. A escrita, por sua vez, revela os seguintes traços: interação à distância (tanto no espaço quanto no tempo); planejamento anterior à execução; não há possibilidade de resposta imediata; o escritor pode modificar o texto a partir das possíveis reações do leitor. (2011, p. 02).

A escola é o lugar onde as crianças devem desenvolver suas competências, se tornando um agente de seu futuro. Para isso o contexto deve ser adequado e favorecer essa aprendizagem. A criatividade da criança será bem maior se forem exploradas diversas situações, por exemplo, o professor em sua prática pedagógica deve oferecer às crianças diversas possibilidades de atividades desde uma simples roda de conversa, até interpretações complexas de seu ambiente.

Para que a criança se torne menos dependente, deve passar por várias experiências que a leve à prática no seu dia-a-dia, por isso é importante que o professor planeje suas atividades, tenha uma boa organização de seu

trabalho pedagógico, como um direcionamento de seu próprio trabalho e assim ensine aos alunos várias práticas relacionadas ao seu ambiente escolar, como por exemplo, a sucessão de tempo: antes, durante, após. O aluno deve ter essa organização e entender que durante o processo existem essas três etapas.

Planejar atividades, fazer uma boa organização do trabalho possibilita ao educador ter uma direção nas coisas que se propõe a fazer, bem como oferece segurança às crianças, permitindo-lhe desde muito pequenas a compreensão de que vivemos num mundo organizado, onde as coisas acontecem numa sucessão do tempo: antes durante e depois. Oportunizar-lhes vivência de situações que lhes permitam entender isto, é auxiliá-las também a serem mais independentes em relação ao adulto [...] (DORNELLES; HORN, 2004, p. 19).

Para que o trabalho pedagógico seja eficiente é fundamental que a escola e o professor tenham claro por que e para quê a criança vai à escola. É nesta etapa que a criança tem a oportunidade de aprender a brincar com outras crianças, praticando sua imaginação e podendo imitar ações do outro colega, o que lhe permite o conhecimento das regras da escola, como também as práticas culturais de sua sociedade.

A organização do tempo e do espaço na Educação Infantil contribui para o processo de aprendizagem, para a estabilidade, para a formação da autonomia, e segurança emocional da criança. Para o desenvolvimento de sua identidade a criança deve ser bem acolhida no ambiente escolar, sentindo-se protegida. O professor em sua prática pedagógica deve utilizar o lúdico, o artístico, o afetivo, além do imaginário.

O espaço físico escolar externo também merece atenção, pois nele o estudante estende seus conhecimentos tendo contato com espaços que não conhece muito bem, podendo desenvolver atividades independentes e espontâneas, que ajudam no desenvolvimento intelectual e afetivo.

As práticas educacionais exigem do professor um compromisso de oferecer atenção e mostrar uma atitude de confiança na criança que participa dos acontecimentos junto com ele, aprendendo a conviver no mundo apresentado a ela. Ela interage assimilando, não aceitando, desenvolvendo-se transformando, assim como também as outras crianças, aos adultos e ao seu redor.

A prática pedagógica do professor está ligada a interpretações coletivas, a teorias educacionais, apropriadas e analisadas em formações profissionais. Assim, faz parte da ética educacional o respeito à criança, o conhecimento e compreensão de seu contexto social e suas culturas. Quando a criança conhece o mundo ao seu redor é bem mais fácil de trabalhar os conceitos exigidos pelo sistema educacional.

Para tanto, é necessário que as instituições, em seu projeto político-pedagógico e em suas práticas cotidianas intencionalmente elaboradas: I - promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança; II - favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical; III - possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos; IV - recriem relações quantitativas, medidas, formas e orientações de espaço temporais em contextos significativos para as crianças; V - ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 31)

Várias formas de expressão devem ser utilizadas com as crianças na educação infantil, o professor deve promover atividades que trabalhem gestos, músicas, teatro, textos orais e escritos, a fim de desenvolver nas crianças as habilidades necessárias para o seu desenvolvimento motor, intelectual, afetivo. Ele deve incentivar atividades individuais e coletivas, sendo assim essa prática é um desafio nos dias atuais, pois a sociedade está cada vez mais individualista, quando o professor propõe atividades em grupo alguns alunos se recusam a fazer e preferem fazer sozinhos, nesse caso o professor entra para amenizar e tenta fazer que os alunos interajam entre si.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA

Foi realizado um estudo de caso na pesquisa qualitativa, a fim de analisar a problemática em questão, analisando se o professor utiliza a avaliação institucional, realizada pela escola, como uma forma de aprimoramento em sua aula. Na construção do conhecimento tanto o entrevistado e entrevistador contribuem de forma efetiva, pois são agentes diretos do sistema e são capazes de refletir sobre a sua realidade.

De um modo geral, pesquisas de cunho qualitativo exigem a realização de entrevistas, quase sempre longas e semi-estruturadas. Nesses casos, a definição de critérios segundo os quais serão selecionados os sujeitos que vão compor o universo de investigação é algo primordial, pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado. A descrição e delimitação da população base, ou seja, dos sujeitos a serem entrevistados, assim como o seu grau de representatividade no grupo social em estudo, constituem um problema a ser imediatamente enfrentado, já que se trata do solo sobre o qual grande parte do trabalho de campo será assentado. (DUARTE, 2002, p. 1)

Segundo o autor em uma pesquisa qualitativa é importante que alguns critérios sejam selecionados antes da entrevista, para assim se compreender de uma forma mais ampla o problema que será analisado durante uma entrevista semi-estruturada, que foi o instrumento utilizado nesta pesquisa.

De acordo com André (2005), o estudo de caso surge, na sociologia e na antropologia, ao final do século XIX e início do século XX. O principal propósito, nestas áreas, era realçar características e atributos da vida social. Na Medicina, Psicanálise, Psicologia e Serviço Social objetivavam estudar um caso para fins de diagnose, tratamento e acompanhamento. Na área de Direito, Administração e Medicina foi, e ainda é utilizado como recurso didático.

Na Educação, o estudo de caso aparece nas décadas 60 e 70 apenas como estudo descritivo de uma unidade: uma escola, um professor, uma sala de aula. O marco principal deste tipo de pesquisa, na área educacional, foi a Conferência internacional realizada em Cambridge, Inglaterra, em 1972.

O estudo de caso é um método que exige planejamento, coleta de dados e análise dos mesmos, cada etapa deve ser bem estruturada e planejada para que se tenham resultados positivos. Deve-se fazer uma análise dos dados coletados com cautela, pois as especificidades de cada caso devem também ser consideradas durante o processo. É importante que o investigador ao estudar o caso conheça as particularidades existentes nele, pois é um estudo mais concreto e contextualizado em relação ao que o investigado pensa ou acredita.

O estudo de caso tem como foco uma situação, um fato particular, adequado para investigar problemas práticos e que esteja fazendo realmente parte da realidade das partes interessadas, onde a situação investigada deve ser detalhada, pois o leitor ao ler a pesquisa deve achar claro e que realmente compreenda o fenômeno estudado, podendo até mesmo contribuir em alguma situação relacionada a pesquisa.

Na perspectiva de Merriam (1988, apud ANDRÉ, 2005), o conhecimento gerado a partir do estudo de caso é diferente do conhecimento gerado a partir de outras pesquisas porque é mais concreto, mais contextualizado, mais voltado para a interpretação do leitor e baseado em populações de referência determinadas pelo leitor. Além disso, a autora explica que o estudo de caso qualitativo atende a quatro características essenciais: particularidade, descrição, heurística e indução.

Dito isso, essa pesquisa teve como objetivo geral: analisar se a avaliação institucional tem sido vista enquanto prática para a melhoria do trabalho pedagógico pelo professor de educação infantil, e como objetivos específicos:

- Analisar a concepção de avaliação institucional de três professores da escola pesquisada;
- Identificar os fatores facilitadores e inibidores da relação entre a avaliação institucional e o trabalho pedagógico do professor de educação infantil.

O estudo foi realizado na Escola Classe localizado em Samambaia, região administrativa do Distrito Federal. Trata-se de uma escola que atende

aproximadamente 800 alunos, com idade de 5 a 15 anos de idade em que grande parte encontra-se em estado de vulnerabilidade social.

2.1 Participantes da pesquisa

Esta pesquisa teve como interlocutoras três professoras regentes, atuantes numa escola pública do Distrito Federal, que oferta ensino fundamental (1º ao 5º ano), e educação infantil no período diurno. Os nomes das professoras foram mantidos em sigilo e neste estudo são identificadas como Anita, Karla e Maria. Conforme dados que se encontram no quadro a seguir.

Quadro 1: Caracterização das Professoras

Caracterização das Professoras				
Professores	Idade	Área de Formação	Especialização	Tempo de atuação SEEDF
Anita	46	Pedagogia	Pós-graduada	6 anos
Karla	36	Pedagogia	Pós -graduada	3 anos
Maria	30	Pedagogia	Pós - Graduada	5 anos

Fonte: Pesquisa de Campo

Pode-se considerar que a entrevista ocorreu de forma tranquila, devido à aceitação das professoras em contribuir com a pesquisa. Uma dificuldade encontrada foi o fato de uma delas conhecerem e ter lido o PPP da escola, durante a entrevista em alguns momentos elas pararam para pensar na resposta que dariam. Foi observado de uma forma geral que quando questionadas viram mais pontos positivos do que negativos. A professora pesquisadora sentiu um pouco de dificuldade no início da entrevista, como iniciar tal procedimento, por ser a primeira vez que usa este método, mas logo em seguida conseguiu dar prosseguimento à entrevista com mais facilidade.

A análise documental constituiu uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (Ludke e André, 1986).

Para que os objetivos da pesquisa fossem atendidos, e procurando meios que enriquecessem o trabalho foi analisado o PPP da escola. Essa metodologia foi adotada com o objetivo de analisar o que se encontra no documento sobre a temática abordada, para assim poder ser feita uma reflexão se os agentes educacionais estão dando a devida importância a avaliação institucional e educação infantil.

Sendo assim no PPP da escola pode-se constatar que pouco se fala de avaliação institucional e educação infantil, a avaliação institucional é comentada na parte que consta o plano de ação da equipe gestora, de forma muito superficial, e sobre a educação infantil é falada sua finalidade e obrigatoriedade de acordo com a lei. Vale ressaltar que quando o PPP da escola foi reestruturado em 2014, tinha apenas uma turma de educação infantil, sendo que no presente ano da pesquisa a escola já possui três turmas desta etapa educacional.

Outro documento analisado na pesquisa foi um registro da última avaliação institucional realizada na escola em 2014, nele se encontram os seguintes tópicos: Gestão administrativa, gestão da aprendizagem, gestão financeira, organização do trabalho da coordenação, articulação das ações pedagógicas entre professor e gestor, assessoramento à prática pedagógica, entre outros. Para a realização da avaliação institucional a equipe gestora utilizou um painel onde estava desenhada uma árvore, cada tópico era analisado da seguinte forma: para tópicos fortes a comunidade ia colocando as suas ideias nos frutos da árvore, para os pontos de aprimoramento as folhas secas e nas flores as sugestões.

Segundo Ludke e André (1986), para que se realize uma pesquisa é preciso promover um confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele. As autoras defendem que se devem relacionar os dados com a teoria, foi nesta perspectiva que em todo o trabalho procurou se unir os dados coletados com a teoria presente no referencial teórico.

Essa metodologia foi adotada com o objetivo de analisar a avaliação institucional como instrumento para melhoria da prática pedagógica utilizada pelo professor. Vale ressaltar que os entrevistados veem a avaliação institucional como um instrumento que poderá auxiliar na avaliação de sua prática pedagógica e em sala de aula.

CAPÍTULO III ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Segundo as Diretrizes de Avaliação Educacional do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2014) a avaliação formativa oportuniza a reflexão sobre o que se ensina e o que se aprende, pode-se notar que na fala da interlocutora Anita acredita que a avaliação é um mecanismo de desenvolvimento.

Avaliar para incluir, incluir para aprender e aprender para desenvolver-se: eis a perspectiva avaliativa adotada. Embora a avaliação seja um termo polissêmico, entende-se que instrumentos e procedimentos pelos quais a análise qualitativa sobreponha-se àquelas puramente quantitativas podem realizar de maneira menos injusta o ato avaliativo (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 9)

A professora Anita, uma das entrevistadas, quando perguntada: E sobre a avaliação institucional? Qual é a sua importância? Você participa da avaliação institucional? Por quê? Se sim, como tem sido essa participação? Respondeu:

Tanto importante para o professor, como para a gestão também da escola, para ver como a comunidade vê o trabalho do profissional. Sim ultimamente a gente participou aqui na escola com as crianças da educação infantil e fizemos um trabalho diferenciado com eles através da escuta sensível. Sim achei porque as crianças desde a educação infantil já começa a ter uma visão de como ela ver a escola e como é a escola também que ela gostaria de ter, o que falta na escola, o que poderia melhorar. (Professora Anita)

Nota-se que a professora Anita é ciente de suas atribuições. Ela alega ter gostado da atividade escuta sensível realizada na escola, um momento de avaliação que iniciou na educação infantil e posteriormente abrangeu os outros segmentos (1º ao 5º ano). Vale ressaltar que as duas últimas perguntas não foram respondidas devido à professora não conhecer e não ter participado da construção do PPP de sua escola. As perguntas eram: Você participou da construção dele? Como foi essa participação? Há no PPP alguma relação prevista entre a avaliação institucional e o trabalho que se desenvolve em sala?

A professora Anita também concorda que a avaliação não serve como um mecanismo para classificar o aluno e sim como um auxílio ao professor para que veja as dificuldades do aluno e trabalhe-as da melhor maneira possível. A

avaliação é vista como um instrumento para o professor avaliar o seu aluno, e assim contribuir com melhoras em seu processo ensino e aprendizagem.

Verifica-se essa afirmação quando ela foi questionada sobre avaliação, foi feita a seguinte pergunta: O que você pensa sobre a avaliação presente no âmbito escolar? Ela respondeu:

A avaliação é importante tanto para o professor como para o aluno, não para classificar o aluno, mas sim para o professor desenvolver um trabalho, ver o que o aluno está necessitando para trabalhar em cima, daquilo que ele estiver necessitando na hora da avaliação, para dar um feedback para o professor. (Professora Anita)

Um dos documentos analisados foi o Projeto Político Pedagógico da escola, onde se fala pouco da avaliação institucional, somente na parte em que se fala do plano de ação da equipe gestora. Também foi analisado um arquivo que a diretora tinha em seu computador que retratava a última avaliação institucional feita em 2014, nele foram encontrados tópicos discutidos com a comunidade, como por exemplo: gestão administrativa, gestão da aprendizagem, gestão financeira, organização do trabalho da coordenação pedagógica, articulação das ações pedagógicas entre professor e gestor, assessoramento a prática pedagógica, entre outros.

Para a realização da avaliação institucional, em 2014, a equipe gestora utilizou um painel que continha uma árvore, cada tópico era analisado da seguinte forma: para as potencialidades a comunidade ia colocando as suas ideias nos frutos da árvore, para os pontos de aprimoramento as folhas secas, as sugestões, por sua vez, eram registradas nas flores.

Retomando o problema de pesquisa que é: A avaliação institucional tem sido vista enquanto instrumento para melhoria do trabalho pedagógico pelo professor da educação infantil? Foi perguntado às três professoras o seguinte: Você acredita que, de alguma maneira, as discussões da avaliação institucional podem se refletir em sua prática pedagógica? Por quê? A professora Karla respondeu:

Com certeza, como eu falei na pergunta anterior a avaliação institucional serve para ressignificar, repensar a nossa prática. (Professora Karla).

Já a professora Maria quando lhe foi perguntado à mesma questão respondeu:

Acredito que sim, por que, como eu falei neste momento de avaliação institucional é onde nós podemos perceber, posso levar, por exemplo, uma dificuldade que eu tenho ou de estrutura, ou alguma sugestão de melhorias, a qual a escola pode estar trabalhando e isso vai refletir sim no meu trabalho pedagógico. Pode ser como material, uma sugestão, um trabalho mais aprofundado, um trabalho pedagógico, de estudo mesmo, então acredito que sim. (Professora Maria).

A professora Anita respondeu para a mesma pergunta:

É através da avaliação, como a gente avalia o aluno, o professor também é avaliado pelos pais e pelos próprios alunos, você vai conhecer o trabalho através desta avaliação. (Professora Anita)

Pode-se perceber que as professoras veem a avaliação institucional como um instrumento importante para o trabalho pedagógico do professor em sala. Nota-se que elas pouco falaram de fato como a avaliação institucional reflete em seu trabalho pedagógico. Elas reconhecem a importância, porém foram pouco abordadas questões práticas que comprovem que realmente a avaliação institucional pode ser usada pelo professor como um mecanismo de aperfeiçoamento e que pode contribuir para que sua prática em sala de aula tenha mais sucesso.

As Diretrizes de Avaliação Educacional do Distrito Federal defendem a ideia de que a avaliação institucional destina-se a analisar a forma como o projeto político-pedagógico está sendo implantado em cada escola, com o objetivo de identificar seus sucessos e fragilidades e assim melhorar e aperfeiçoar o trabalho escolar. O trecho retirado deste documento mostra isso:

A avaliação institucional, aqui denominada Avaliação do trabalho da escola, destina-se a analisar a implementação de seu Projeto Político-Pedagógico para identificar suas potencialidades e fragilidades e orientar sua revisão com vistas à garantia da qualidade social trabalho escolar. A reflexão coletiva é imprescindível para que novas ações sejam estabelecidas em função da realidade e das necessidades de seus atores, de forma a promover as aprendizagens dos estudantes e dos profissionais que ali atuam. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 56.)

Foi perguntado para as professoras na entrevista sobre a temática: Você conhece algum documento que norteie a avaliação institucional? Se sim qual? E o PPP? Você vê alguma relação dele com a avaliação institucional? Elas responderam:

Professora Anita: Não... Sim vejo os dois tem que caminhar juntos.

Professora Karla:

Sim, o próprio currículo em movimento da rede, da secretaria de educação do DF e o projeto político pedagógico da escola, que é um norte, um orientador. Totalmente eu acho que um não consegue existir sem o outro. A avaliação serve para repensar o projeto político pedagógico e o PPP serve para orientar a avaliação institucional.

Professora Maria:

Algumas diretrizes também já prevêm, algumas leis, o PPP também, que é um pouco do PPP da escola, eu acredito que essa proposta ela parte muito também do interesse institucional, da instituição. Sim, têm que dizer qual, o porque? Eu vejo porque o PPP dessa escola a qual estou no momento, ele descreve estrutura, funcionamento da escola, isso tudo ao longo do tempo vai ser avaliado. Então sim.

Pode-se observar que as professoras realmente veem a importância do PPP e a avaliação institucional caminharem juntos, porém a professora Anita não teve muitos argumentos na hora de responder a essa pergunta. Pouco se falou pelas professoras entrevistadas sobre a avaliação institucional ser um mecanismo que favoreça a análise de vários fatores e posteriormente que novas ações sejam estabelecidas de acordo com a realidade da escola, como apregoam as diretrizes. Notou-se também que nenhuma das entrevistadas participou da construção do PPP da escola e que somente uma professora tinha lido nesse documento, aspectos sobre a Educação Infantil.

Em relação ao objetivo específico: identificar os fatores facilitadores e inibidores da relação entre a avaliação institucional e a prática pedagógica do professor de educação infantil. Pode-se dizer que de acordo com a entrevista, pouco se analisou na prática quais seriam estes fatores. As professoras viram como pontos positivos: a avaliação institucional contribui com o trabalho pedagógico, novas possibilidades. Ponto negativo: uso como forma de codificar o trabalho em bom ou ruim. Podemos perceber em suas falas abaixo:

Para mim, assim o que pode ser melhorado é para, é através das respostas dos pais ou da comunidade ou mesmo do grupo como a gente está trabalhando e como pode melhorar o trabalho através dessa avaliação. (Professora Anita)

Eu no momento nem consigo enxergar pontos negativos, eu acho que a avaliação institucional quando bem feita, quando bem elaborada e tendo o projeto político pedagógico como sua base. Eu acredito que só tem a somar, contribuir com o trabalho pedagógico em sala de aula. Eu não consigo ver os pontos negativos.

(Professora Karla)

Os pontos positivos eu acredito que é aquilo a gente pode estar levando as nossas dificuldades, sugestões, pode estar vendo novas possibilidades. E o ponto negativo é que muitas vezes ela é utilizada para codificar o trabalho bom e o trabalho ruim, às vezes não qualifica o trabalho pedagógico como sendo proveitoso ou não proveitoso ou podendo ter melhoras ou não. Se a prática o trabalho pedagógico do professor é bom ou ruim. Muitas vezes eu vejo isso um ponto negativo que não deveria acontecer. (Professora Maria)

Pode-se analisar que a avaliação institucional é vista como um instrumento que auxilia no trabalho pedagógico do professor, porém como esse instrumento ajuda efetivamente pouco foi discutido. Foi positiva a pesquisa em relação a alguns aspectos, como por exemplo, por fazer o professor pensar sobre sua prática, uma das professoras falou no final da entrevista que tinha gostado e que nunca tinha parado para pensar em algumas perguntas que foram levantadas e como fatores que podem melhorar o fato da comprovação que muitos professores ainda desconhecem o PPP de sua escola e não participaram da construção dele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a avaliação institucional como um processo para melhoria da prática pedagógica utilizada pelo professor. Em se tratando de avaliação institucional existem inúmeras pesquisas e estudos que indicam a importância dessa avaliação, uma vez que é um instrumento onde todos os envolvidos no processo ensino – aprendizagem pode analisar e rever suas práticas a fim de aperfeiçoar o trabalho pedagógico. Esse estudo pretendeu sinalizar a importância da avaliação institucional como condutora de todos os processos, desde os administrativos/burocráticos até os pedagógicos.

Buscou-se mostrar o professor de educação infantil como a figura que alavanca as ações de ensino e aprendizagem em prol da busca da educação com excelência. Para tanto, foi necessário identificar se este professor considera que a avaliação institucional contribui em sua prática pedagógica.

Esta pesquisa permitiu demonstrar que os professores participantes da pesquisa são cientes da importância da avaliação institucional, e que conhecem os documentos da Rede e aqueles que devem estar em seu planejamento, como por exemplo, o PPP da escola, porém ainda existem professores que não conhecem e nunca leram o PPP de sua escola e não participaram da sua construção. Observamos nas respostas das professoras entrevistadas que elas veem a avaliação institucional como um instrumento que poderá ajudar no trabalho do dia-a-dia do professor.

Percebeu-se que as professoras sentem-se parte desse processo quando unanimemente apontaram a busca conjunta pelas soluções dos problemas de aprendizagem. Destaca-se o papel do professor de educação infantil em visualizar os resultados da escola e na busca de conhecer pontualmente as fragilidades e potencialidades da relação entre a avaliação institucional e a prática pedagógica do professor desta etapa tão importante na vida escolar do aluno.

Por meio das respostas das professoras foi possível verificar que acreditam no PPP e na avaliação institucional como instrumentos que se complementam e que um não pode existir sem o outro, devem caminhar juntos durante todo o processo.

As demandas do professor são inúmeras e realizar o monitoramento da aprendizagem articulada com a avaliação institucional requer muito empenho e parceria, uma vez, que as respostas dos sujeitos pesquisados nos evidenciam que a avaliação institucional não está sendo trabalhada da maneira que deveria ser, pois no ano de 2015 foi realizada na escola pesquisada uma avaliação que consistiu na escuta sensível das crianças, envolvendo grande parte dos espaços da escola.

Percebe-se de modo geral, que os professores na hora de realizar a escuta sensível, não estavam satisfeitos com a demanda, porém depois que viram os resultados da avaliação e que se finalizou todo o processo eles enxergaram a importância de ouvir o aluno em relação a vários aspectos no interior da escola.

Foi observado que alguns professores não veem importância da avaliação institucional em seu trabalho pedagógico, se preocupando somente em passar conteúdos dentro de sala, sendo que quando a escola propõe alguma atividade extra, acredita que está atrapalhando o andamento das aulas em sala de aula.

Além dos alunos já fazerem parte de uma comunidade que não tem incentivo algum, carente, os pais não acompanham os filhos efetivamente em suas tarefas e escola. É de suma importância que o professor saiba usar a avaliação como forma de crescimento, mas para isso ele deve almejar mudanças positivas, mas parece que não é o que acontece na realidade. (Essa informação estava na introdução).

As contribuições dessa pesquisa são importantes, uma vez que demonstram a necessidade da avaliação institucional articular as demandas administrativas e pedagógicas, se colocando como condutora de todos os processos dentro da instituição escolar. Verificou-se que a avaliação institucional é um processo de extrema relevância, uma vez que permite conhecer as condições e necessidades de alunos e professores e que deve estar permeada pelas questões administrativas.

Finalmente conclui-se que a avaliação institucional é capaz de articular as questões pedagógicas e administrativas, movimentando toda a sua equipe em prol da busca pela educação de qualidade. Os resultados alcançados

podem apontar continuidade na pesquisa que poderá confirmar se estas práticas causam impacto na aprendizagem dos alunos e nas avaliações internas e externas.

REFERÊNCIAS

ANANÁS, Jacira Miranda Sousa. **Avaliação da aprendizagem**, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 6023: informação e documentação – referências – elaboração. São Paulo: ABNT, 2000.

BRASIL. Lei nº 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

DISTRITO FEDERAL. SEEDF- Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Diretrizes de Avaliação Educacional**: aprendizagem, institucional e em larga escala – 2014-2016. Brasília, DF, [s/d].

FREITAS, Luiz Carlos de. *et al*, **Avaliação Educacional: caminhando pela contramão**. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HORN, Maria da Graça. **A organização do trabalho pedagógico na educação infantil**. Foz do Iguaçu, 2012.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

DISTRITO FEDERAL. SEEDF- Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Projeto Político-Pedagógico da Escola** [s.l]. 2014.

SOUSA, Jacira Miranda. **Avaliação da aprendizagem**. Ananás – TO: Universidade Federal de Tocantins, 2011. Disponível em: Coordenaçãoescolagestores.mec.gov.br. Acesso em: 20 de outubro de 2015.

ESTEBAN, Maria Tereza. **Avaliação**: um tema polêmico. Revista salto para o futuro Ano XX Boletim 18 Novembro 2010.

DISTRITO FEDERAL. SEEDF- Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica**: educação infantil. Brasília, DF, [s/d].

Andrade, M. L. C. V. de O. **Língua**: modalidade oral/escrita. In: Universidade Estadual Paulista. Prograd. Caderno de formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 50-67, v. 11.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa**: reflexões sobre o trabalho de campo. Marc. 2002. Disponível em: www.scielo.br/sciel . Acesso em: 02 janeiro. 2016.

CAMPINA GRANDE. **A educação infantil na construção da cidadania**: um debate com professores da rede municipal de Parnaíba - PI. Realize editora, 2012. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas>. Acesso em: 10 de outubro. 2015.

PAIVA, Hélia Pinto de. **O coordenador pedagógico e os dilemas de suas atribuições**. Tocantins: UFTO, 2001.

ANEXOS

APÊNDICE 1

Apêndice A - Roteiro para análise do PPP da escola, registros e planejamento da avaliação institucional

INDICADORES	OBSERVAÇÕES
<p>Como é abordada a avaliação institucional no PPP da escola.</p>	<p>A avaliação institucional está presente no plano de ação da equipe gestora, que cita –a como uma forma de avaliação da equipe e escola. Pouco se fala da avaliação institucional na escola neste documento. É importante registrar que na escola têm poucas turmas de educação infantil, porém na época em que foi reestruturado o PPP só tinha uma turma de educação infantil na escola. No ano de 2015 não houve a reestruturação do PPP até o momento.</p>
<p>Elementos a serem considerados nos registros pela equipe pedagógica de avaliações já realizadas na escola.</p> <p>(Documento da equipe pedagógica que mostre os resultados da avaliação institucional sendo discutida para a melhoria da prática pedagógica.)</p>	<p>A última avaliação institucional realizada na escola pesquisada foi em 2014, nela se encontra os seguintes tópicos: Gestão administrativa, gestão da aprendizagem, gestão financeira, organização do trabalho da coordenação, articulação das ações pedagógicas entre professor e gestor, assessoramento á prática pedagógica, entre outros. Para a realização da avaliação institucional a equipe gestora utilizou um painel onde estava desenhado uma árvore, cada tópico era analisado da seguinte forma: Para pontes fortes a comunidade ia colocando as suas ideias nos frutos da árvore, para os aspectos a melhorar as folhas secas, e nas flores as sugestões.</p>
<p>Relação entre a prática pedagógica desenvolvida e os resultados provenientes do processo de avaliação institucional.</p>	<p>De acordo com a avaliação institucional em 2014 as ações pedagógicas são constantes e são sempre mediadas objetivando a qualidade do ensino focando o desenvolvimento integral do aluno. Os professores estão preocupados e focados na aprendizagem dos alunos. Zelam pela aprendizagem de seus alunos, oferecem reforço, projeto interventivo.</p>
<p>Elementos a serem considerados pelo professor para a sua prática pedagógica.</p>	<p>Conhecimento do trabalho através da avaliação. Visão dos pais, da comunidade, em relação ao trabalho realizado pelo</p>

	professor.
Participação do professor na avaliação institucional da escola.	Foi observado que o professor participa da avaliação institucional da escola e que este sabe da importância que este instrumento têm para o desenvolvimento da comunidade escolar como um todo.

Apêndice B - Roteiro de entrevista semiestruturada

Interlocutores: Professoras Anita, Karla e Maria.

Instituição: Data: 04/ 11/2015.

Horário/início: 13:30

Horário/fim: 14:00 (Cada professora)

Entrevistador: Juliana Paiva da Silva Cacau.

Aspectos gerais

- 1 – Fale um pouco sobre sua trajetória profissional.
- 2 – Qual sua formação?

Avaliação institucional.

- 1 – Fale O que você pensa sobre a avaliação presente no âmbito escolar?
- 2 – E sobre a avaliação institucional? Qual é a sua importância? Você participa da avaliação institucional? Por quê? Se sim, como tem sido essa participação?
- 3 – Você acredita que, de alguma maneira, as discussões da avaliação institucional podem se refletir em sua prática pedagógica? Por quê?
- 4– Quais pontos positivos e negativos da avaliação institucional em seu trabalho pedagógico em sala de aula?

O PPP e a educação infantil.

- 1 –Você conhece algum documento que norteie a avaliação institucional?
Se sim qual? E o PPP? Você vê alguma relação dele com a avaliação institucional?
- 2 – Como foi a construção do PPP de sua escola?
- 3– Você participou da construção dele? Como foi essa participação?

4– Há no PPP alguma relação prevista entre a avaliação institucional e o trabalho que se desenvolve em sala?